

UMA VIDA ENTRE ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

ENTREVISTA COM NILZA TEIXEIRA SOARES

A LIFE BETWEEN ARCHIVES AND LIBRARIES

AN INTERVIEW WITH NILZA TEIXEIRA SOARES

A entrevista, a seguir, foi realizada dia 20 de agosto de 2007, em Brasília, por Paulo Roberto Elian dos Santos, pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, como parte da sua pesquisa para a tese de doutorado em história social *A arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina*, defendida em outubro de 2008, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

No panorama arquivístico nacional, Nilza Teixeira Soares é merecidamente reconhecida pela tradução cuidadosa e competente da obra *Modern archives: principles and techniques*, do arquivista e historiador norte-americano Theodore R. Schellenberg. Publicado originalmente em 1956, o livro influenciou profissionais em diferentes países e se tornou um clássico da literatura arquivística. Mas a trajetória profissional de Nilza Teixeira Soares, que se inicia na década de 1940, é mais ampla, singular e, ao mesmo tempo, comum a uma geração de bibliotecárias que passaram a ter um crescente interesse pelos arquivos e influência nos rumos da arquivologia brasileira.

Nilza nasceu em 3 de janeiro de 1926, no Rio de Janeiro, filha de comerciante português e mãe brasileira. Como percurso mais seguro e natural para ingressar no mercado de trabalho, fez o curso técnico de administração no Colégio Amaro Cavalcanti, no Rio de Janeiro e, logo em seguida, prestou concurso público promovido pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), para o cargo de auxiliar administrativo. O segundo lugar garantiu sua nomeação, em 1945, para trabalhar na biblioteca do centro de documentação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC).

Foi, a partir da década de 1940, que concursos públicos e centros de documentação passaram a fazer parte do vocabulário da administração brasileira por força da atuação do

Dasp. Criado em 1938, durante o Estado Novo, sob a direção de Luís Simões Lopes,¹ o departamento recebeu amplos poderes para racionalizar a administração federal, organizar o orçamento e centralizar a reforma administrativa do funcionalismo público, introduzindo critérios modernos de recrutamento e promoção que elegiam o mérito como a qualificação básica. Aos poucos, tornou-se um importante instrumento para a melhoria dos padrões e o aumento do controle sobre a administração pública federal.

Vinculado à Presidência da República, o Dasp ofereceu à administração um aporte que teve como elemento central o ingresso no serviço público de profissionais qualificados em diversas carreiras e, depois, o seu aperfeiçoamento. Nesse aspecto, os serviços de bibliotecas, documentação e arquivos foram igualmente contemplados, como as áreas de administração, economia e engenharia. Originalmente vinculados a serviços auxiliares ou de administração geral, passaram a ter um sentido pioneiro, mais amplo e inovador, constituindo-se em “peças centrais de um novo ‘sistema’, destinado a ter profunda e duradoura influência” (Wahrlich, 1983, p. 425).

Nos anos 1950, a tarefa de modernizar a burocracia do Estado permanecia como uma necessidade fundamental. Ao lado da formação de pesquisadores e do fortalecimento do ensino superior, acordos de cooperação bilateral, sobretudo com os Estados Unidos, serviam para o intercâmbio tecno-científico, que incluía a vinda de técnicos estrangeiros ao Brasil e a viagem de quadros da administração pública brasileira para estudos no exterior. “A política de formação de técnicos concursados, para gerenciar a máquina do governo, contemplou profissionais como Nilza Teixeira Soares e outros recém-recrutados para o serviço público. Então, bibliotecária do MTIC, Nilza Teixeira Soares obteve, por meio de um processo de seleção do Dasp, uma bolsa do governo americano para realizar cursos na American University, nas áreas de gestão de arquivos correntes, administração de arquivos permanentes e estágios, na Biblioteca do Congresso e no Arquivo Nacional daquele país, nos anos de 1952 e 1953. “Em sua entrevista, Nilza destaca o momento em que realizou o curso de especialização em documentação administrativa e a influência do alemão Ernest Posner, então radicado nos Estados Unidos, na sua formação como arquivista e no seu interesse pelo tema da avaliação em arquivos.

No início da década de 1960, Nilza Teixeira passou por uma nova experiência de capacitação no exterior, como bolsista do Conselho Britânico na área de documentação pública, junto ao Parlamento e ao Arquivo do Reino Unido. Sua imersão na cultura arquivística europeia seria complementada no Estágio Internacional de Arquivos, promovido pelo Arquivo Nacional da França, em 1961.

1 Luís Simões Lopes nasceu em Pelotas (RS), em 1903. Entre 1930 e 1937, foi oficial-de-gabinete da Presidência da República, colaborando ativamente na reforma administrativa do governo federal, que culminou na criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), do qual foi presidente entre 1938 e 1945. Em 1944, assumiu a presidência da recém-criada Fundação Getúlio Vargas (FGV), cargo que ocupou por muitos anos. Morreu no Rio de Janeiro, em 1994.

Após essa experiência internacional de especialização e o mergulho na problemática dos arquivos, Nilza Teixeira Soares ingressou na Câmara dos Deputados, em 1956, por meio de concurso público. Alguns anos depois, em 1959, foi requisitada pelo historiador José Honório Rodrigues, então diretor do Arquivo Nacional, para coordenar a seção do Poder Legislativo. Os arquivos, mais uma vez, cruzam o caminho de Nilza, oferecendo-lhe a oportunidade de participar dos cursos de aperfeiçoamento de pessoal, de arquivo e de treinamento intensivo de técnica de arquivo, ministrados pelo arquivista francês Henri Boullier de Blanche, que se encontrava no Brasil a convite do Arquivo Nacional, como também, de conhecer Theodor Schellenberg, que aqui permaneceu por um período e produziu o relatório *Problemas arquivísticos do governo brasileiro*.

O trabalho com arquivos só aconteceu efetivamente, a partir de 1972, quando assumiu a diretoria da coordenação de arquivo do centro de documentação da Câmara dos Deputados, função que exerceu até 1990. Nesse período, participou, de forma intensa e central, do processo de estruturação da área de arquivos, do desenvolvimento de procedimentos metodológicos de tratamento dos documentos e da publicação de instrumentos técnicos e de divulgação do acervo. Concebeu, com sua equipe, metodologia de referência para avaliação de documentos. Em 1991, aposentou-se como diretora do centro de documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

Bibliotecária de formação, Nilza Teixeira Soares ingressou no serviço público na década de 1940, e experimentou a explosão do conceito de 'documentação', apropriado pelos bibliotecários como um novo patamar epistemológico do desenvolvimento da disciplina biblioteconômica, mas ainda incapaz de delimitar as fronteiras conceituais, teóricas e metodológicas da arquivologia e da biblioteconomia. Contudo, sua formação no exterior permitiu-lhe compreender a nítida diferença entre essas abordagens e projetar uma trajetória profissional na área arquivística, que se consolidou nas décadas seguintes.

Nilza Teixeira Soares soube compreender e aplicar em seu trabalho, marcado pelo rigor metodológico, aquilo que H. L. White, bibliotecário-arquivista da Austrália, escreveu na apresentação da edição original da obra *Modern archives: principles and techniques*, que "a qualidade essencial dos arquivos está em que registram não só as realizações, mas também os processos pelos quais foram efetuados".

Para concluir, é preciso lembrar que a entrevista com Nilza Teixeira Soares só aconteceu por sugestão de Ana Maria Camargo e Heloísa Bellotto, que, de forma generosa, reconhecem nela uma profissional das mais experientes e qualificadas da arquivologia brasileira.

Paulo Elian. *Gostaria de iniciar esta entrevista, dra. Nilza, com a senhora contando um pouco de sua origem social e familiar. Onde a senhora nasceu? Qual a profissão de seus pais?*

Nilza Teixeira Soares. Nasci no Rio de Janeiro, sou carioca. Meu pai era um comerciante português, minha mãe, brasileira. A família era pouco dada às letras, quer dizer, aos estudos.

Prestei concurso e entrei para o serviço público como bibliotecária auxiliar. Logo depois, fiz um concurso para a Câmara dos Deputados, como bibliotecária também. Eram cinco vagas, tirei o quinto lugar. Daí para diante, minha vida funcional foi toda na Câmara dos Deputados.

Paulo Elian. *Quando a senhora ingressou no serviço público em 1945, por concurso do Dasp, qual era o seu horizonte de ter uma carreira?*

Nilza Teixeira Soares. Não tinha exatamente um horizonte de carreira, era muito limitado, eu era muito novinha, recém-formada no segundo grau. Cursei administração no segundo grau. Naquela época, havia um curso de profissionalização. Fiz o concurso só porque era a maneira mais fácil de conquistar um espaço no serviço público, de ter meu emprego. Fui nomeada para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), como auxiliar de escritório, qualquer coisa assim. A Irene de Menezes Dória, que é de São Paulo, bibliotecária de grande renome, estava no Rio de Janeiro, era diretora do centro de documentação do MTIC. Ela me ofereceu uma interinidade como bibliotecária. Entrei logo na carreira, interinamente.

Paulo Elian. *A senhora ficou dez anos no Ministério do Trabalho?*

Nilza Teixeira Soares. Fiquei todo esse tempo no Ministério do Trabalho, mas, no final do meu período no Ministério, consegui uma bolsa para os Estados Unidos. O Dasp selecionou alguns funcionários, na área de documentação pública. Passei no concurso e consegui um lugar. Fui para os Estados Unidos, me especializei e, quando voltei, pouco depois, houve o concurso da Câmara. Como bibliotecária, fiz especialização em arquivologia, mas também estagiei na biblioteca do Congresso Americano. Então, estava preparada e consegui uma vaga. Mas quando aceitei a interinidade, a minha irmã, que é mais velha do que eu, ficou apavorada: como eu podia trocar um lugar seguro por uma interinidade, com risco de depois perder o emprego? Mas depois, quando fiz o concurso para bibliotecária auxiliar, passei tranquilamente. Não cheguei a fazer o de bibliotecária do serviço público, porque antes saiu o concurso da Câmara, e aí, também, já estava preparada para isso. Logo que assumi a interinidade, no ano seguinte, fui fazer o curso superior na Biblioteca Nacional. O professor Antônio Caetano Dias era o diretor, a Lydia Sambaquy,² professora de catalogação e classificação.

Paulo Elian. *A senhora iniciou o curso de biblioteconomia em 1947? Ele tinha a duração de dois anos?*

Nilza Teixeira Soares. Sim, era um curso de dois anos. Nesse curso da Biblioteca Nacional, fui colega, por exemplo, da Maria Teresa Parente Napoleão. Ela também fez o concurso da

2 Lydia de Queiroz Sambaquy nasceu em Belém (PA), em 1913. Desde 1939, dirigiu a biblioteca do Dasp. Em 1941, concluiu biblioteconomia na Biblioteca Nacional. Em 1954, assumiu a presidência do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Em 1965, lecionou na Escola de Biblioteconomia e Documentação da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (Fefieg), atual Unirio (Brasil, 1971; Oddone, 2004).

Câmara, passou em primeiro lugar. Fomos colegas no curso e passamos no concurso da Câmara dos Deputados.

Paulo Elian. *Logo em seguida, em 1952, a senhora recebeu uma bolsa do governo norte-americano. Como ocorreu essa oportunidade?*

Nilza Teixeira Soares. O primeiro passo da seleção eram as provas de inglês: prova escrita e oral, depois, as provas específicas. Na prova escrita, era dado um tema, algum problema específico da sua área, por exemplo, um problema da documentação ou das bibliotecas no Brasil. E, depois, vinham outras provas, com perguntas sobre os mesmos temas, mais outros assuntos. Um grupo de umas 20 pessoas recebeu essa bolsa. Os casados puderam levar as famílias. Havia uma ajuda de custo muito boa, todo mundo ia de navio. A gente não se conhecia. Quando fui selecionada, não dormi a noite inteira de tanta emoção!

Paulo Elian. *Na entrevista que fiz com a Marilena Leite Paes, ela falou muito do dr. Simões Lopes, que foi presidente da Fundação Getúlio Vargas, também criador e diretor do Dasp. Ela falou da política do Dasp de formar quadros de excelência para o serviço público, com uma política de mandar para cursos no exterior...*

Nilza Teixeira Soares. Havia um convênio do governo americano com o brasileiro: Ponto IV.³ Era um quatro em romano. Era um convênio de especialização. Eu consegui. Então, nós fomos com o Washington José de Almeida Moura, que foi bibliotecário da Câmara; o Manoel Adolpho Wanderley, da Biblioteca Nacional, que não quis fazer o concurso da Câmara, continuou na Biblioteca; a Aída Furtado, que, depois, foi bibliotecária da Unesco.

Paulo Elian. *Como foi essa experiência? O curso durou um ano?*

Nilza Teixeira Soares. Foi um ano. Nós ficamos matriculados na American University e fizemos curso com o Ernst Posner, um alemão que se radicou nos Estados Unidos e que deu a maior contribuição para os arquivos de lá. Por exemplo, ele estava formando os técnicos de arquivo nos Estados Unidos. E eu fiquei naquele programa. Tínhamos um conselheiro, um *adviser*, que acompanhava o nosso trabalho. Lá, o sistema de menção era de A, B e C, o Wanderley tirava A em tudo. Eu não tirava notas tão boas, mesmo porque a gente tinha umas matérias, ética no serviço público, coisas assim, uma matéria difícilíssima, que tive que dar conta de ler os livros e fazer resumos... Foi uma experiência muito boa.

Paulo Elian. *Até então, a senhora tinha contato com o trabalho de biblioteca. Esse foi seu primeiro contato com arquivos?*

3 Em 1949, o presidente Harry Truman, em seu discurso de posse, tentou contemplar os países esquecidos, em especial, os vizinhos da América Latina, ao anunciar os quatro pontos que norteariam a política norte-americana. O primeiro deles era o alinhamento às decisões da ONU; o segundo tratava da recuperação da Europa; o terceiro anunciava a criação da OTAN; e o quarto previa um programa de assistência técnica para áreas subdesenvolvidas do mundo, posteriormente denominado Ponto IV (Tota, 2014, p. 255-256).

Nilza Teixeira Soares. Foi o primeiro contato.

Paulo Elian. *Vocês chegaram a fazer um curso de gestão de arquivos?*

Nilza Teixeira Soares. Foi um curso de gestão de arquivos, de avaliação, de eliminação de papéis... não uma coisa muito profunda, mas viemos com todas as noções básicas. Depois, quando chegamos ao Brasil, não tive, imediatamente, a oportunidade de trabalhar nessa área, continuei na biblioteca.

Paulo Elian. *Nesse período em que estive nos Estados Unidos, como é que a senhora viu essa relação entre bibliotecários e arquivistas?*

Nilza Teixeira Soares. Ah, não tinha nenhuma rivalidade, nem aproximação. Eram coisas distintas. Também participei de eventos de bibliotecários. Fazia estágio na Library of Congress, em bibliografia. Tinha um departamento latino-americano também dentro da Biblioteca do Congresso. Acabei fazendo uma especialização mista, quer dizer, não era só de arquivo. Mas, quando voltei, minha meta era servir nos Arquivos. Custei muito a conseguir isso, trabalhei em tudo quanto era biblioteca, por exemplo, na do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, o Inep. Era convidada para vários lugares, mas sempre em biblioteca. Só mais tarde, é que surgiu a oportunidade de trabalhar em Arquivo.

Paulo Elian. *Em 1956, a senhora ingressou por concurso na Câmara dos Deputados? Foi ainda no Rio de Janeiro?*

Nilza Teixeira Soares. É, por concurso para bibliotecária, ainda no Rio de Janeiro.

Paulo Elian. *O concurso era organizado pelo Dasp?*

Nilza Teixeira Soares. Não, pela própria Câmara. A Câmara começou a se preocupar com a própria biblioteca. Admitiu logo três bibliotecárias: a Leda Laboriau, a Ada Coaraci, do Rio de Janeiro, e a Juracy Feitosa Rocha. As três já eram da biblioteca da Câmara, aí conseguiram que a Câmara realizasse um concurso para cinco vagas. Depois, mais tarde, houve o segundo, o terceiro concurso. Ampliaram bem o quadro, porque elas três, sozinhas, seriam muito poucas para dar conta de tanto trabalho na Câmara. Já havia um acervo bem antigo, mas em localização fixa, e elas resolveram classificar pela CDU, quer dizer, fazer uma biblioteca moderna.

Paulo Elian. *Esse acervo antigo vem de que período?*

Nilza Teixeira Soares. Ah, acho que desde o Império... Na primeira Assembleia (1823), já se falava em biblioteca. Já começaram a formar os acervos da biblioteca, e sempre acrescentando algo, mas com leigos, quer dizer, alguém administrava aquilo. Até que, depois de 1946, com o fim do Estado Novo e a reabertura do Congresso, admitiram bibliotecárias, fizeram o quadro e organizaram o primeiro concurso. E a biblioteca da Câmara foi muito respeitada, porque começou a editar um boletim, com as novas aquisições, com as classificações que eram atribuídas... depois, também, nesse próprio boletim, uma parte de legislação aprovada e tal.

Paulo Elian. *Havia uma estrutura com serviços bibliográficos?*

Nilza Teixeira Soares. Com serviços, pois é. O Edson Nery da Fonseca⁴ era o chefe da seção de boletim da Câmara... A Câmara se organizou e classificou, reclassificou o acervo. O acervo antigo, acho que não foi reclassificado naquela época, não sei se foi depois. Mas, a partir de certa data, usávamos a CDU, Classificação Decimal Universal, e todo mundo estudava a CDU pelos nossos códigos. Como a Câmara classificava é que devia ser o certo. Então, foi muito bom. Era uma referência.

Paulo Elian. *A Câmara funcionava, onde hoje é o Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro. Como foi a mudança para Brasília? Como foi esse processo?*

Nilza Teixeira Soares. A mudança foi muito interessante. Todos nós ajudamos a empacotar, botar os livros em caixas. Um bibliotecário veio antes da inauguração da capital. Já tinha um bibliotecário aqui, em Brasília, com um pequeno acervo, atendendo os deputados que estavam, a comissão de mudança...

Paulo Elian. *O projeto do Congresso na nova capital previa uma área para a biblioteca?*

Nilza Teixeira Soares. Uma biblioteca enorme, um salão. Que pena que, agora, já acabaram com tudo! Reformaram e dividiram. Mas era um salão enorme. Niemeyer projetou os móveis... Primeiro, ficamos num dos andares daquele prédio alto de 28 andares, que era mencionado pelos candangos como "O 28", porque era o prédio mais alto de Brasília. Ocupamos vários andares: no quarto andar ficavam os serviços e, para cima, quinto, sexto, sétimo, talvez uns três andares para cima, o acervo e estantes. Então, a biblioteca ficou instalada ali até que, no Anexo 2, criaram um ambiente próprio para a biblioteca, um salão enorme, equipamento projetado, tudo muito funcional, maravilhoso. Três andares também: o térreo, o piso, o andar principal e, depois, dois prédios inferiores para o acervo.

Paulo Elian. *Abaixo do nível da rua?*

Nilza Teixeira Soares. Esse prédio foi construído todo baixinho, ele não aparece além do nível da estrada... ele não se vê, está enterrado ali. E, para baixo, estão os outros andares, já com serviço de encadernação... Ah, interessante que nós tínhamos um encadernador de muita confiança lá no Rio, e todos os livros que se compravam em brochura, ele encadernava. Aí, na hora de vir para Brasília, o encadernador foi convidado a vir também. A Câmara comprou o equipamento dele, instalou a seção de encadernação e... Depois, também, nas

4 Natural de Recife (PE), Edson Nery da Fonseca concluiu o curso de biblioteconomia da Biblioteca Nacional em 1947. Com passagens pelo IBBD e Dasp, foi bibliotecário da Câmara dos Deputados. A partir da década de 1960, na Universidade de Brasília (UnB), coordenou a Biblioteca Central, atuou como professor do curso de biblioteconomia e recebeu o título de professor emérito. Foi condecorado com título de doutor *honoris causa* pela Universidade Federal de Pernambuco, em 2011. Faleceu em Recife, em 2014 (Brasil, 1971).

instalações novas, tivemos microfilmagem, restauração de documentos, tudo isso a Câmara desenvolveu. Muito bom. Enquanto isso, o arquivo ficava lá, entregue às baratas (risos).

Paulo Elian. *Dra. Nilza, em 1960, antes de vir para Brasília, a senhora participou do curso do Boullier de Blanche, no Arquivo Nacional. Queria que a senhora falasse um pouco sobre isso, porque o Boullier de Blanche veio, na época, durante a gestão do José Honório Rodrigues, que foi uma gestão marcante, com a preocupação muito grande de trazer técnicos estrangeiros...*

Nilza Teixeira Soares. Sim, foi uma gestão muito importante. A primeira direção técnica que se preocupou em traduzir, fez várias traduções dos arquivistas franceses, o *Manual dos holandeses...*

Paulo Elian. *E o Boullier de Blanche ficou aqui, no Brasil, praticamente um ano, ministrando cursos. Gostaria que a senhora falasse um pouco sobre isso. Como a senhora foi fazer esse curso?*

Nilza Teixeira Soares. Deixa eu pensar... em 1960? Houve uma época em que fui convidada pelo Arquivo Nacional por eu ter estudado nos Estados Unidos. O José Honório Rodrigues pediu à Câmara e me requisitou para trabalhar com ele, para organizar o acervo de uma seção chamada Legislativa, ou do Legislativo. Então, eu fiquei no Arquivo Nacional e aí pude frequentar o curso do Boullier de Blanche... acho que era no Arquivo Nacional mesmo. O serviço público tinha a escola... cursos do Dasp. E esse curso foi oferecido pelo Dasp, depois do expediente.

Paulo Elian. *O curso era destinado só a profissionais do Arquivo ou era aberto também a outros profissionais? A senhora se lembra?*

Nilza Teixeira Soares. Não me lembro bem não. Quase não me lembro do porquê de eu ter ido parar lá, imagine... (risos). Não estou muito certa. Mas, ele dava aulas práticas no Arquivo também... acho que foi, no segundo curso, no segundo período, que as aulas eram dadas lá no Arquivo Nacional, aulas práticas com o acervo do Arquivo. E a gente ia manuseando aquilo e fazia trabalhos, ele mandava a gente fazer pesquisas e desenvolver alguns trabalhos. Sei que eu fiz os dois cursos dele e, depois, no final, ele me disse que ia me recomendar para uma bolsa de estágio na França... ficou lá, no relatório dele, até que depois, eu pude fazer o estágio, também, na França, porque o meu nome constava no relatório. O Boullier de Blanche desenvolveu aquele sistema de classificação, de localização do acervo, divisão do acervo... e mesmo que ficasse na localização fixa, em fichários, ele ensinava a gente a classificar e organizar o acervo com certa estrutura.

Paulo Elian. *Era um sistema de organização de arranjo funcional?*

Nilza Teixeira Soares. Arranjo funcional, exatamente. Foi ele que ensinou as pessoas... Até então, as professoras de arquivo eram muito primárias, porque só se falava em arquivo, em protocolo, arquivos correntes e tramitação. Não se tinha nenhuma experiência em arquivos permanentes, históricos... então, ele veio trazendo essa visão da França.

Paulo Elian. *E, então, logo em seguida, a senhora foi à Inglaterra com uma bolsa, foi isso?*

Nilza Teixeira Soares. Pois é. O Conselho Britânico anunciou que oferecia bolsas. Eu escrevi para lá. Tempos depois, eles me disseram que a minha carta havia sido considerada. Então, pensei, “tenho alguma chance”. Depois, recebi a notícia de que haviam mandado minha cartinha lá para o Arquivo, o Public Records, e tal. Ficaram nesse processo, estudando. Até que, finalmente, eles resolveram me chamar... Não era uma bolsa, era um *bursary*, que é um tipo de bolsa, só que não muito longa. Foram três meses e eu consegui ficar quatro, porque pedi mais um mês para tirar dúvidas sobre a tradução do Schellenberg. Fiquei um mês por conta disso.

Paulo Elian. *Foi uma experiência positiva? Como foi essa história?*

Nilza Teixeira Soares. Foi muito positiva também, porque lá na Inglaterra eles estavam desenvolvendo – eu fiquei mais nessa área – os levantamentos, e o Arquivo Público tendo contato com os órgãos que produziam papéis e, depois, as transferências, os recolhimentos. Havia uns órgãos que recebiam tudo e onde acontecia a triagem para chegar ao Arquivo Público, quer dizer, o arquivo intermediário... tive oportunidade de conhecer isso.

Paulo Elian. *Como funcionava esse sistema na Inglaterra? A senhora esteve primeiro lá?*

Nilza Teixeira Soares. Sim, como tinha ganhado a bolsa para a Inglaterra, fui à Embaixada da França, com o selo cultural, e disse: “Estou indo para a Inglaterra, para uma bolsa de três meses, e gostaria também de aproveitar e fazer aquele estágio internacional”. Aí, o adido cultural perguntou: “A senhora conheceu o Boullier de Blanche?” Respondi: “Conheci, fiz os cursos dele, e ele disse que ia me recomendar para uma bolsa lá na França”. Ele foi lá no arquivo, abriu o acervo, folheou, meu nome estava lá e disse: “A senhora vai, tudo bem. Pode ficar tranquila”.

Paulo Elian. *Sua ida à França foi logo em seguida?*

Nilza Teixeira Soares. Foi, resolvi e emendei. Já que eu ia à Europa, emendei a especialização na Inglaterra. Na Inglaterra, a gente podia também viajar um pouco e ver arquivos lá, na Escócia, coisas assim... E depois, então, como eu tinha pedido, quando terminou meu período na Inglaterra, comecei na França. Só que o meu período não coincidiu com o estágio internacional, mas eu fiz todo o roteiro que eles aplicavam para grupos.

Paulo Elian. *A senhora não fez parte da turma?*

Nilza Teixeira Soares. Não, não fiz. Fiz avulsa, mas o mesmo circuito. Não fiz em grupo, que tem estrangeiros do mundo inteiro... Tive uma amiga, Regina Alves Vieira, do Arquivo Nacional, que fez com o grupo, mas eu fui sozinha e segui todo o roteiro.

Paulo Elian. *Dra. Nilza, a senhora, em poucos anos, foi aos Estados Unidos, à Inglaterra e à França. O que a senhora pode falar em relação aos arquivos dessas três realidades? Quais são as semelhanças? O que a senhora pôde observar, na época, que possa caracterizar, em termos arquivísticos, os Estados Unidos, a Inglaterra ou a França?*

Nilza Teixeira Soares. Na verdade, eu estava querendo observar aquele problema dos arquivos produzidos, do volume de arquivos. Estudei o mesmo assunto nesses três países e, também, depois, estive no Canadá. O José Honório dizia que o Canadá era o país mais desenvolvido em matéria de gestão de papéis, e eu também conhecia alguma coisa do Canadá. A França tinha aquele mundo da *Cité des Archives*, Cidade dos Arquivos... Eles tinham um espaço grande para recolher documentos, administravam isso e davam baixa. Enfim, aprendi coisas lá na França. E, na Inglaterra, a mesma coisa. Eles tinham escritórios, prédios próprios... Uma coisa que aprendi, na França, é que eles não consideravam o programa de microfilmagem. Lá, microfilmagem não tinha vez, porque preferiam ver o documento envelhecer, reduzir a massa e guardar em papel. Não faziam mudança de suporte.

Paulo Elian. *E a Inglaterra fazia uso da microfilmagem?*

Nilza Teixeira Soares. Não posso dizer, não sei bem. Os Estados Unidos usavam mais essa tecnologia e não estavam preocupados com o custo. A Europa tinha preocupação com custo.

Paulo Elian. *Em 1959, o Schellenberg esteve no Arquivo Nacional, no Brasil. A senhora teve algum contato com ele na época?*

Nilza Teixeira Soares. Tive um contato com ele, mas muito rápido. Ele visitou o Arquivo Nacional, lá no Rio de Janeiro, percorreu as dependências... fez palestras. Eu participei, outras pessoas participaram. E sei que o José Honório disse: "O Schellenberg falou que você é um bom elemento" (risos). Ele achou que eu era um elemento aproveitável para o Arquivo Público.

Paulo Elian. *E como a senhora começou a trabalhar na tradução do livro? Como foi isso?*

Nilza Teixeira Soares. O livro parece que tinha sido entregue ao Arquivo Nacional para fazer a tradução, mas o Raul Lima, que era o diretor, preferiu entregar a uma editora. Não sei que editora era, sei que foi uma editora que me contratou para traduzir.

Paulo Elian. *Era uma editora privada?*

Nilza Teixeira Soares. Era uma editora privada, não me lembro que editora era. Sei que eu tinha um compromisso de traduzir, e eles iam editar. Só que levei tanto tempo que a coisa caducou. Eu não me sentia bem. Primeiro, que um livro é assunto muito sério, e traduzir um livro inteiro... Só tive coragem de considerar traduzido, depois que fui diretora do Arquivo [da Câmara], depois que entrei no Arquivo. Como bibliotecária, fiquei traduzindo, tirava dúvidas daqui, dúvidas dali. Era uma terminologia especializada que eu não dominava. Quando fui diretora, passei muitas tardes fazendo uma leitura com uma das arquivistas que existia na época, a Maria Luísa Danneman e, depois, com a Maria de Lourdes Costa e Souza,⁵ que

5 Carioca, Maria de Lourdes Costa nasceu em 1908. Foi admitida pelo Dasp em 1938, por concurso público. Atuou como consultora em arquivos empresariais, com destaque na implantação do sistema de arquivos da Fundação

foi arquivista da ONU. Passei várias tardes lendo os originais com a Lourdes, adequando a terminologia... até tinha vontade, depois de ser mais experiente, de fazer uma nova revisão e usar termos talvez mais modernos. A Lourdes me ajudou... depois que eu li tudo com ela, corrigi tudo, adequei a terminologia, aí, que entreguei para a editora. Mas, a essa altura, acho que a editora não se interessou. O Raul Lima, como diretor do Arquivo Nacional, foi quem conseguiu publicar pela Fundação Getúlio Vargas, opção que José Honório criticou, porque disse que devia ter sido por uma editora com distribuição mais ampla...

Paulo Elian. *Uma outra editora?*

Nilza Teixeira Soares. É, devia ter sido em outra, em qualquer outra editora técnica com mais divulgação, mais conhecida... O José Honório criticou essa ação do Raul Lima, mas, enfim... Agora, ultimamente, para surpresa minha, a Fundação Getúlio Vargas está reeditando, fazendo novas impressões. Nem tomei conhecimento, porque vendi os direitos de editar. Mas eu gostaria, ainda, de repente, de numa nova edição, de que tivesse uma revisão mais atualizada. Aquilo foi o primeiro passo da arquivologia no Brasil, o primeiro livro técnico importante. A gente a considerava uma bíblia dos arquivistas. Mas acredito que uma revisão seria oportuna. Mas a Fundação reeditou e não pediu revisão, não se interessou.

Paulo Elian. *Ele foi publicado em 1973?*

Nilza Teixeira Soares. Certo. Fui nomeada diretora do Arquivo da Câmara em 1971. Em 1972, naturalmente, me preocupei com a revisão, trabalhando com a Lourdes e, em 1973, a Fundação Getúlio Vargas publicou o livro.

Paulo Elian. *Como foi esse momento em que a senhora se tornou diretora da área de arquivo, da coordenação de arquivo da Câmara?*

Nilza Teixeira Soares. A Câmara fez uma reforma administrativa. Contratou técnicos da Fundação Getúlio Vargas, criou uma série de departamentos. A Câmara tinha que designar pessoas para trabalhar na reforma, para ajudar esses técnicos. E a diretora da biblioteca me designou para trabalhar com eles na área de arquivo, porque eu tinha essa formação. Trabalhei com eles para darmos a estrutura do Arquivo. Havia também outras arquivistas, a Astréa de Moraes e Castro, a Maria Lívia Machado... Fiquei trabalhando nessa reforma e foi muito bom, porque nós demos uma estrutura ao Arquivo da Câmara, criando a seção de avaliação e recolhimento, as atribuições dos órgãos todos. Tudo foi muito bem trabalhado, com a participação de outros técnicos também.

Paulo Elian. *Então a senhora, pela primeira vez, começou a colocar em prática aquilo que tinha aprendido...*

Getúlio Vargas, trabalho que teve continuidade com Marilena Leite Paes. Ajudou a criar a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) em 1971. Em 1995, recebeu do Arquivo Nacional a medalha de Honra ao Mérito, pelos serviços prestados à arquivologia brasileira. Faleceu no Rio de Janeiro, em 2000.

Nilza Teixeira Soares. Exatamente. E haveria uma nomeação para a diretoria do Arquivo, eu concorria a essa nomeação... Meu sonho era chegar ao Arquivo da Câmara, porque, como bibliotecária, já tinha muitos especialistas em arquivo, e a Câmara não tinha. Só tinha a Astréa, que foi diretora do arquivo histórico da Câmara e fez um trabalho muito interessante, porque ela descobriu documentos importantes, fez exposições... lançou também o Arquivo da Câmara, que ninguém comentava, ninguém sabia nem que existia...Tudo o que ela encontrava de importante, ela dava bastante destaque. E montava várias exposições: 7 de Setembro, 21 de Abril, datas assim...mudança da capital, que já era um processo antigo, Ponte Rio-Niterói, também de documentos antigos. Com tudo isso, ela realçou a existência do Arquivo da Câmara.

Paulo Elian. *Havia a seção de avaliação e recolhimento e uma de arquivo histórico?*

Nilza Teixeira Soares. Havia a de histórico e também a de documentos legislativos e documentos administrativos, onde se recolhiam os documentos recentes, porque o acervo histórico parou em 1937, por aí.

Paulo Elian. *Qual é a relação em termos de quantidade entre o acervo legislativo e o administrativo? Qual deles predomina?*

Nilza Teixeira Soares. Não sei lhe dizer, mas, por exemplo, as CPIs produzem uma massa documental muito grande. Nós temos muitas CPIs...

Paulo Elian. *O que é produzido pelas CPIs é encaminhado para essa seção legislativa?*

Nilza Teixeira Soares. É, seção de documentos do Legislativo, que é a área-fim da Câmara. E a atividade-meio, pessoal, material, é muito sujeita a descarte, às vezes, até na fonte, onde são produzidos, e à redução dessa massa. Os documentos legislativos são guardados na íntegra, praticamente não se elimina nada deles. Por exemplo, projetos de lei, projetos de emenda constitucional, todo acervo dos gabinetes dos deputados e da Mesa da Câmara, presidente, secretários...

Paulo Elian. *Todos os documentos dos gabinetes dos deputados também entram por essa seção?*

Nilza Teixeira Soares. Eles não são obrigados a recolher. É algo espontâneo. Muitas vezes, recolhem e pedem à assessoria da Câmara, do Arquivo, para ir ajudar a arrumar os arquivos deles... Eles recolhem mais para ter um lugar, um espaço. Falei arquivos dos deputados, mas é mais dos gabinetes, das assessorias, por exemplo, assessoria parlamentar, pareceres dos assessores... A taquigrafia, que também está na área técnica, onde se produzem os originais dos *Diário do Congresso*. A taquigrafia prepara todo o original, e essa massa da taquigrafia vai para o Arquivo da Câmara. Os documentos legislativos e administrativos posteriores a 1946, que foi a data em que a Câmara foi reaberta, com a Constituição... os documentos legislativos e administrativos são posteriores a essa data.

Paulo Elian. *E os documentos anteriores a 1946?*

Nilza Teixeira Soares. Os anteriores ficavam no arquivo histórico. E, durante o Estado Novo, teve um vazio. Tem alguns documentos, ainda de pessoal, que ficaram alocados na Biblioteca Nacional, em alguns outros lugares. As pessoas foram mantidas, mas a atividade foi suspensa. Os diretores, os funcionários foram conservados, mas não na Câmara, porque foram cedidos a algum espaço, algum outro órgão.

Paulo Elian. *Em 1971, quando a senhora passou a ser diretora do Arquivo da Câmara, contava com uma equipe, com profissionais? Como foi essa época?*

Nilza Teixeira Soares. Foi muito interessante porque nessa área, por exemplo, da gestão de documentos, só conhecíamos aquele capítulo do Schellenberg que fala da documentação produzida, enfim, um capítulo específico. Mas a chefe, uma pessoa da Câmara que convidei para trabalhar, se interessou e dei uma seção para ela. Ela estudou o Schellenberg e criou a metodologia. Fizemos aquele levantamento da produção documental, lá nas origens, criamos uma comissão de avaliação, tudo isso. O Arquivo ainda tem os documentos audiovisuais, que nós não tínhamos. A Câmara tinha muitas fotografias, muitos filmes, muito material sonoro gravado. E, por isso, temos também, na estrutura do Arquivo, uma seção de documentos audiovisuais. As pessoas que trabalhavam lá, não tinham especialização não, elas foram se capacitando, criando metodologia e trabalhando. Era assim também na seção de documentos administrativos. Mas, a que mais evoluiu, foi a seção de avaliação e recolhimento, com a Aparecida Santos. Nem sei como nós nos encontramos. Foi ela quem criou essa metodologia. O Arquivo Nacional, quando quis fazer alguma coisa no sentido de avaliação, foi à Câmara. Estava, assim, ainda começando, e um belo dia, eles foram à Câmara, viram a nossa metodologia... Foi no período da gestão da Celina Vargas do Amaral Peixoto. Elas queriam criar manuais técnicos e queriam criar metodologia. Então, a Norma Góes Monteiro, com um grupo, veio ao Arquivo [da Câmara]. Chegaram, viram como trabalhávamos, consideraram que o caminho era aquele e foram embora, felizes da vida. E nós também ficamos felizes.

Paulo Elian. *Como a senhora foi organizando e estruturando a equipe e o trabalho?*

Nilza Teixeira Soares. Na seção de documentos históricos, havia a Astréa, que tinha criado os inventários e tinha uma metodologia, mas fiz questão de abrir uma nova frente de trabalho, que foi trabalhar profundamente os documentos da primeira constituição, a de 1824. Então, produzimos um documento, um inventário analítico dos acervos da Constituição de 1824. Minha grande bandeira foram os arquivos correntes da Câmara. Não estava preocupada com o arquivo histórico, mas, ao mesmo tempo, começamos um grupo e um projeto, que seria analisar e fazer esse inventário analítico da Constituinte de 1824. Então, fizemos isso e, ao mesmo tempo, desenvolvemos uma metodologia de transferência de arquivo e comissão de avaliação, quer dizer, peguei os dois extremos. E esses extremos também se encontravam com os arquivos intermediários. Com isso, nós implantamos o sistema de arquivos da Câmara. Recentemente, estive visitando o Arquivo da Câmara e me surpreendi com o entusiasmo da chefe, dizendo: “Dona Nilza, os pesquisadores, quando chegam aqui e eu mostro esse inventário, ficam loucos, porque está tudo aqui, trocado em miúdos, analítico e com muitos

detalhes". Depois, também, a gente passou do acervo original para o acervo impresso. Outra coisa que a gente não pode mistificar é dizer que, no Arquivo da Câmara, só o original vale, porque, na verdade, tem o *Diário do Congresso*. Tudo o que se passa, o dia a dia da Câmara, é publicado no *Diário do Congresso*. Alguns só existem no original, não são transcritos no diário, mas, quando são transcritos, faço a referência aqui, nessas tabelinhas. A gente faz a referência à publicação nessas tabelas, é cheio de códigos, cheio de convenções: transcrito, não transcrito, só existe no original, coisas assim, com muitos detalhes para a pessoa que quisesse estudar realmente. Descobri que está sendo muito útil e fiquei feliz da vida.

Paulo Elian. *Dra. Nilza, nós sabemos que todo esse trabalho de arquivo, documentação e informação, muitas vezes, depende da sensibilidade dos dirigentes. O que a senhora pode dizer sobre como, na Câmara, se estruturou essa área com um trabalho sério?*

Nilza Teixeira Soares. A gente só conseguiu implantar um sistema, porque o secretário-geral estava aberto a isso, mas, assim mesmo, fizemos várias versões e, por várias vezes, tentamos que a Mesa baixasse um ato, disciplinando os arquivos da Câmara. E levou muito tempo, sabe? Não foi simples. Ia, voltava... "Ah, porque nós criamos uma comissão de avaliação", "Ah, chamamos um assessor..." Na hora que nós pedimos o ato: "Não, tem que ser um para o administrativo, outro para legislativo", e dificultavam e tal. Tanto que, em uma ocasião, quando mudou a Mesa da Câmara, não sei o ano, a Mesa ficou surpresa e o secretário disse: "Mas, esse assunto nunca chegou aqui!". Quando chegou realmente, eles ficaram encantados: "Temos que implantar esse sistema!". E implantaram. Embora o secretário-geral fosse nosso amigo e desejasse a implantação do sistema, nunca tinha levado a questão à Mesa. Mas, depois, a diretoria-geral da Câmara deu todo o apoio, os assessores da diretoria-geral, a secretaria da Mesa também, que é a parte legislativa. Então, também trabalharam bem conosco, fizemos unidade e conseguimos implantar o sistema de arquivo da Câmara, que foi muito bom. A Câmara baixou um ato disciplinando a política de arquivos. Entrei em 1971, dez anos depois, ainda não tínhamos uma política de arquivos... não sei em que data foi, mas a gente pode apurar isso, porque não é difícil de saber. Demorou muito tempo. Comparo também à própria política de arquivos do governo, do Arquivo Nacional. Por quantos anos aquele projeto da Celina tramitou? Os assessores do Ministério da Justiça criavam dificuldades... E o projeto vai e volta até que, em 1988, olha só, em 1988, a Celina deixou de lado tudo quanto era assessor de Ministério da Justiça, foi lá na Câmara, colocou aquela emenda para a gestão de documentos na constituinte... na Constituição de 1988, nas disposições transitórias, lá pelo final da Constituição. E conseguiu aprovar um sistema. De uma hora para outra, acabou. Depois, ela até retirou o projeto antigo, que era muito extenso, porque ficou tanto tempo tramitando, que também aprenderam mais e cresceram, então puderam fazer uma lei mais enxuta, mais adequada.

Paulo Elian. *A senhora acompanhou esse processo?*

Nilza Teixeira Soares. Acompanhei um pouco. Não oficialmente, mas estava sempre acompanhando. Tinha muito interesse nele. E até quando houve um congresso de arquivologia na

Bahia, em 1990 – o meu trabalho foi sobre aquela lei, como é que estava o projeto – minha apresentação fez um sucesso danado, porque discriminei, dissequei a legislação que ia ser baixada sobre os arquivos públicos, artigo por artigo. Então, acompanhamos e vimos como a Celina foi hábil em conseguir aquela emenda e, depois, também, conseguindo aprovação. Ela queimou etapas, em vez de vir pelo Ministério da Justiça, ela foi diretamente a um deputado, apresentou na comissão, aprovaram a lei. Se não tivesse feito assim, não sairia.

Paulo Elian. *Qual a posição da senhora sobre a Lei 8.159, a Lei de Arquivos?*

Nilza Teixeira Soares. Foi uma conquista enorme a gente ter uma política de arquivos. Acho que é uma boa lei, agora, é bastante ambiciosa, porque gostaria também de gerenciar arquivos privados... Não sei se está acontecendo... Considero os arquivos públicos importantíssimos. Agora, mais importante do que a lei é o tal artigo da Constituição que obriga o poder público a gerenciar seus arquivos, a organizá-los e a disponibilizá-los para os interessados. Mas só que, talvez, nem esteja acontecendo como deveria. Ainda assim, acho que é uma conquista. Pelo menos, teoricamente, considero que foi muito bom. Acho que é realmente uma conquista todo o trabalho do Conselho [Conarq]. O Brasil caminhou bastante. Agora, não sei como é que está; estou muito afastada, e também não sei como o Arquivo Nacional está caminhando ou não está...

Paulo Elian. *Gostaria de voltar aos anos 1970. Queria saber se a senhora chegou a acompanhar, aqui de Brasília, a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros em 1971?*

Nilza Teixeira Soares. Participamos e, inclusive, vim criar um núcleo aqui, em Brasília.

Paulo Elian. *A senhora lembra em que ano foi criado esse núcleo? Foi logo no início?*

Nilza Teixeira Soares. Acredito que sim. Em 1971, quando fui ocupar o Arquivo da Câmara, a associação já existia. A presidente era a Astréa... agora, em que ano criaram o núcleo, não saberia dizer... mais tarde, bem mais tarde, fui ainda diretora desse núcleo, que realizou um congresso. Todos os congressos nacionais de arquivologia eram realizados sempre pelo núcleo do Rio de Janeiro. E reivindicamos que outros núcleos também fizessem o congresso... Houve um congresso em São Paulo. Depois, reivindicamos fazer um aqui, em 1988. E aí conseguimos realizar um congresso. Teve muita repercussão. Vieram arquivistas estrangeiros, tivemos o apoio do Arquivo Público, do Arquivo Nacional. Foi um congresso maravilhoso, só que fiquei devendo os anais, não publiquei. Isso prejudica muito, porque como é que você vai dizer que o congresso foi bom, que as contribuições foram boas?

Paulo Elian. *Muitos congressos não tiveram anais publicados.*

Nilza Teixeira Soares. Pois é. O primeiro teve. Fiz o índice do primeiro. O nosso, por exemplo, fiquei devendo. Ficaram comigo e tal... tínhamos até verba para imprimir, mas, infelizmente, eu descuidei... Sou tida como má arrematadora de serviço, quando chega no momento final, arremato mal. Precisa ter alguém para me puxar, para eu dar conta, mas ninguém me puxou, ficou por isso mesmo. Esse congresso foi tão bem-sucedido...além das boas contribuições,

vieram Vicenta Cortéz, da Espanha, Manuel Vasquez, da Argentina. A primeira vez que ele veio ao Brasil foi nesse congresso. Também tivemos, do ponto de vista financeiro, um bom lucro. Aí, compramos uma sede para a nossa associação. Compramos uma sala... depois, com a história de acabar com os núcleos, a nossa sala também deixou de existir. Hoje, tem uma associação de arquivistas brasileiros, mas a gente quase não ouve falar dela. No nosso tempo, o núcleo era bem atuante. Promovíamos cursos naquela época. Houve um congresso, o primeiro congresso, realizado por essa associação aqui, de Brasília. Convidaram arquivistas antigos, fizeram homenagem, aquela coisa toda. Enfim, a associação deu um impulso muito grande à arquivologia. Sem ela, talvez a arquivologia não tivesse crescido no Brasil.

Paulo Elian. *A senhora tem um trabalho publicado na revista da AAB, em 1978, chamado “Arquivos e sistemas nacionais de informação”. É um texto muito interessante porque, num momento como aquele, ter alguém discutindo a questão dos arquivos, de como eles podem ser pensados dentro de um sistema de informação... Se formos transportar um pouco isso para os tempos mais recentes, para o chamado “Programa da Sociedade da Informação”, que o governo brasileiro lançou há alguns anos, nas primeiras versões dele, não havia uma linha sobre arquivos. Foi preciso o Conarq, na época, fazer um grupo que pudesse trazer uma contribuição. Achei interessante, porque, há 30 anos, a senhora fez um trabalho exatamente tentando estabelecer essa relação.*

Nilza Teixeira Soares. É, porque a gente sabe que, em qualquer sistema de informação, o arquivista tem de estar presente. A minha tese era esta: o arquivista presente. Com os papéis, os registros existentes, o arquivista tinha que participar, tinha que estar presente. Também havia aquela história de – não sei se é esse o caso, por exemplo, na gestão de documentos – administrar relatórios, administrar as normas do órgão, quer dizer, em tudo que disciplinava cada ministério, cada órgão, com sua legislação específica, o arquivista estar envolvido. Era uma abrangência muito grande da gestão de documentos, do papel do arquivista, e tentar informatizar sem o apoio, sem a colaboração do arquivista... Talvez, seja isso que escrevi na ocasião. Olha só a preocupação da bibliotecária: “A produção documental na Câmara dos Deputados”. Então, analiso as atividades da Câmara que produzem documentos.

Paulo Elian. *Por sinal, esse termo, “produção documental”, sobre o qual a senhora falou que o Arquivo Nacional, em algum momento, a procurou, começou naquele período da Celina, nas publicações técnicas. Em algumas delas, o Arquivo usa o termo “produção documental”. E em seus trabalhos, ele aparece em análise da produção...*

Nilza Teixeira Soares. É, exatamente. Por exemplo, faço *Publicações na Câmara dos Deputados – lista anotada de 78 a 81*, analisando as publicações da Câmara. Ainda fiz mais outro trabalho em relação às publicações: *Lista anotada das publicações da Câmara*. Como bibliotecária, a gente tem interesse. Fiz um levantamento sobre os anais da Câmara dos Deputados. Tudo o que a Câmara fazia, publicava em anais. Há vários volumes para cada sessão legislativa. E nós, como bibliotecários, volta e meia, a gente se deparava com falhas na coleção de anais. Fiz um levantamento de todos os anais da Câmara, isso realmente fez parte dessa minha linha de trabalho, registrei e fiz uma publicação dentro do boletim da Câmara. Saiu

um suplemento. Não havia anais de certos períodos, porque a Câmara estava dissolvida, então a gente não tinha como encontrar material. Fiz um levantamento muito minucioso, informando as datas: quando foi dissolvida, quando foi reaberta, dissolvida novamente... A toda hora, dissolviam a Câmara, parlamentarismo, coisa assim... Esse trabalho foi muito elogiado por José Honório Rodrigues. Foi um instrumento que eles consideraram muito bom para o historiador.

Paulo Elian. *Gostaria que a senhora falasse dessa metodologia, que foi estruturada com a equipe. Uma metodologia de avaliação, de recolhimento... A senhora fala muito em rotinas, em mapear rotinas, na produção documental. Como a senhora vê, por exemplo, essa metodologia confrontada com outro tipo de metodologia, como, por exemplo, a classificação, os chamados "códigos de classificação por assuntos", com certa influência da biblioteconomia.*

Nilza Teixeira Soares. Nós, na Câmara, nem pensamos em classificar nada, porque para nós, se a origem do documento é na área de material, é material; se é na área de pessoal, é pessoal. Não preciso de códigos para estruturar isso, tenho as funções, as atividades e os documentos. Chegamos aos documentos. Acharmos importante levantar a produção documental das rotinas. Cada rotina, por mais elementar que seja, quer na área legislativa, quer na área administrativa, tem um procedimento e produz sempre os mesmos documentos. O ideal é que o arquivista acompanhe isso: qualquer modificação, na rotina, que implique suspender ou deixar de produzir algum documento ou produzir outro. O arquivista deve estar acompanhando para poder, então, gerenciar com detalhes essa documentação e chegar ao descarte, porque o importante é o documento, que não oferecer perspectiva de uso, poder ser eliminado. Com documentos que recapitulam informações, condensam informações, o outro pode ser dispensado...

Paulo Elian. *Nesse período que a senhora esteve na Câmara, vocês chegaram a produzir tabela de temporalidade?*

Nilza Teixeira Soares. Tabelas por rotina. Cada rotina tinha sua tabela, seu prazo... por exemplo, para a realização de um concurso, o funcionário tinha que se enfronhar, tinha que saber a rotina dele. Até certo ponto, as pessoas não tinham consciência das rotinas que seguem. Seguem uma rotina, mas, muitas vezes, nem está escrito. E o funcionário, por exemplo, lá da realização do concurso, seguia aquela rotina e sabia quais eram os documentos que deviam chegar aos arquivos e quais não precisavam chegar ao arquivo e que podiam ser eliminados na fonte, certo? Uma coisa curiosa: quando eu cheguei ao Arquivo da Câmara, me deparei com uma sala e, jogadas pelo chão, empilhadas de qualquer maneira, todas as provas de concurso da Câmara. Então, nós começamos a trabalhar essa matéria e estabelecemos a rotina, vimos a rotina e analisamos, fizemos a tabela de temporalidade. Sei que aqueles metros, enfim, aquele volume todo de massa documental, pudemos reduzir a um metro e meio, uma coisa assim. Então, na época, fiz a comparação com o recurso da microfilmagem. Se tivéssemos microfilmado tudo, sem analisar, seria uma bobagem, porque tudo aquilo ficou reduzido – por sistema de amostragem – a um metro e meio. Se tivesse microfilmado, eram

80% de coisas descartáveis e 20% só que mereciam ser realmente microfilmados, por seu valor permanente, conforme o sistema de amostragem. Até um dos critérios de avaliação é a amostragem, documento recapitulativo também, todos esses critérios nós estudamos bastante lá na Câmara.

Paulo Elian. *A senhora fez um trabalho também de uma tabela de temporalidade canadense, não foi? Esse trabalho é uma tradução?*

Nilza Teixeira Soares. É, fiz uma tradução. Acho que não chega a ser tabela de temporalidade não, é um manual de trabalho dos arquivos canadenses, da gestão de documentos, alguma coisa assim. Foi uma tradução que fiz para o Arquivo Nacional. Eu me lembro que foi o Raul Lima quem me encomendou essa tradução. É um instrumento de trabalho da produção documental, dos controles, dos métodos de trabalho nas repartições, na origem dos documentos.

Paulo Elian. *E seu trabalho na Coordenação de Arquivos? A senhora começou em 1971 e ficou 20 anos lá até se aposentar.*

Nilza Teixeira Soares. Fiquei, ninguém me incomodou (risos). Tinha o maior entusiasmo em trabalhar, nem pensava em aposentadoria. O mais engraçado é isso: só fui contar os anos em que eu estava ultrapassando a aposentadoria, depois que me aposentei. Fui convidada para fazer uma palestra na Paraíba, e aí fui contar os anos: eu tinha passado 16 anos além da aposentadoria, sem perceber... eu esqueci que já tinha ultrapassado o tempo... Mas foi bom porque aquela resolução da Câmara, que disciplinou a política de arquivo da Câmara, custou muito a sair do papel, a ser aprovada. Foi um trabalho muito lento, mas depois, finalmente, foi bem enraizado na cultura da Instituição. Todas as pessoas passaram a respeitar o Arquivo, passaram a recolher documentos. Quando cheguei ao Arquivo, a taquigrafia, por exemplo, mandava massas e massas de papel e só eles sabiam o que tinha ali dentro, o arquivista não sabia. As relações, as guias de transferência não existiam. Eles recolhiam ao Arquivo para acomodar lá. Quando eles queriam alguma coisa, pediam e só eles tinham os controles, nós não tínhamos. Mas brigamos por isso e passamos a saber o que é que nós estávamos arquivando, o que o Arquivo estava arquivando.

Paulo Elian. *A senhora começou a se interessar pelo trabalho com arquivo a partir do curso do Boullier de Blanche, mas só veio a trabalhar mesmo na Câmara depois, em 1971. Nesse tempo todo, o que os profissionais da área tinham como literatura? É muito comum as pessoas falarem assim: "Ah, nós aprendíamos com a prática". Por exemplo, a Marilena Leite Paes, quando eu a entrevistei, disse: "Eu estruturei o arquivo da Fundação Getúlio Vargas aprendendo, fazendo junto com a Lourdes Costa e Souza".*

Nilza Teixeira Soares. É verdade. Aprendendo e fazendo.

Paulo Elian. *Mas não havia algum livro? O Schellenberg era uma leitura que estava sempre presente? Era um livro de referência?*

Nilza Teixeira Soares. Eu não sei se era; para nós, lá no Arquivo da Câmara, foi a nossa cartilha, a nossa bíblia. E foi num dos capítulos do Schellenberg que nos inspiramos para criar a metodologia da avaliação das rotinas. Ele fala um pouco em ação, e nós nos inspirávamos nele. Houve também um pouco de influência de arquivistas franceses. Eles visitavam o Brasil, e se lia alguma coisa de arquivistas franceses aqui. Por exemplo, do Michel Duchein.

Paulo Elian. *E os espanhóis?*

Nilza Teixeira Soares. Não... os espanhóis tiveram uma grande influência a partir de um congresso lá nos Estados Unidos, uma revolução dos arquivos... um deles apresentou a questão da restauração de papéis, máquinas para restaurar documentos. Foi em 1976, num congresso em Washington. Esse, talvez, tenha sido o primeiro congresso internacional a que fui. O tema era *A revolução dos arquivos*. Então, dava a revolução da avaliação, a revolução da conservação, máquinas dos espanhóis... e mais outras revoluções.

Paulo Elian. *Depois que a senhora se aposentou, ficou afastada da área...*

Nilza Teixeira Soares. Ah, não, acho que já passou. Agora tem outras questões. Já estamos em outro momento histórico. Fiquei trabalhando na Igreja, em obras sociais, com pobres... Achei que tinha dado a minha contribuição e outros me seguirão.

Referências bibliográficas

BRASIL. Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. *Quem é quem na biblioteconomia e documentação no Brasil*. Rio de Janeiro, 1971.

ODDONE, N. E. *Ciência da informação em perspectiva histórica: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da documentação (Brasil, 1930-1970)*. 2004. 157f. Tese (doutorado em ciência da informação) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2004.

SHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

TOTA, Antonio Pedro. *O amigo americano: Nelson Rockefeller e o Brasil*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

WAHRLICH, Beatriz M. de Souza. *Reforma administrativa na era Vargas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.